

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO**  
**INSTITUTO DE ECONOMIA**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS**

Poupança e acumulação de capital na economia do  
desenvolvimento: as contribuições de Lewis, Nurkse e  
Furtado

**VICTOR NUNES MONTEIRO GUEDES**

Matrícula: 109024109

RIO DE JANEIRO

2013

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO**  
**INSTITUTO DE ECONOMIA**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS**

Poupança e acumulação de capital na economia do  
desenvolvimento: as contribuições de Lewis, Nurkse e  
Furtado

Monografia submetida à Banca de Graduação  
como requisito para obtenção do diploma de  
Ciências Econômicas.

**Victor Nunes Monteiro Guedes**

**Orientador: Prof. Dr. Carlos Pinkusfeld Monteiro Bastos**

RIO DE JANEIRO

2013

## FICHA CATALOGRÁFICA

GUEDES, Victor Nunes Monteiro.

Poupança e acumulação de capital na economia do desenvolvimento: as contribuições de Lewis, Nurkse e Furtado

Monografia (Graduação em Ciências econômicas) –

Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Instituto de Economia

- IE.

Orientador: Carlos Pinkusfeld Monteiro Bastos

***As opiniões expressas neste trabalho são de exclusiva responsabilidade do autor.***

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço aos funcionários da UFRJ, especialmente à Anna Lúcia e ao Marcelo Rangel, por terem me orientado e ajudado nos assuntos administrativos. Eles sempre fizeram isso com muita competência. Agradeço também à Maria Silvia Possas por toda a atenção e ajuda.

Agradeço à Maria Alice pelo tempo que trabalhamos juntos, por ter sido compreensiva com os problemas que surgiram e com a vida acadêmica dos colegas. Sem a ajuda dela eu não poderia ter dedicado o tempo que dediquei à graduação e a este trabalho.

Agradeço aos meus amigos por tudo que aprendi com eles e pelo tempo que passamos juntos. Sem eles certamente os quatro anos na graduação não teriam sido tão agradáveis e divertidos.

Agradeço aos meus pais e à minha irmã. Amo muito todos eles.

Agradeço à minha namorada por todo o apoio e o amor, sem os quais eu não teria tido motivação para enfrentar este ano tão corrido e atarefado. Sou muito grato a você, meu amor.

Agradeço por fim ao meu orientador pelo tempo dedicado a este trabalho, e por ter aceitado me ajudar sabendo que teríamos tão pouco tempo.

GUEDES, Victor Nunes Monteiro. Título: A questão da poupança na economia do desenvolvimento: as contribuições de Lewis, Nurkse e Furtado  
Orientador: Carlos Pinkusfeld Monteiro Bastos Rio de Janeiro: UFRJ/IE.  
Monografia em Ciências Econômicas.

## **RESUMO**

Este trabalho apresenta as questões da poupança e acumulação de capital, tal como elas aparecem em Nurkse, Lewis e Furtado, três autores que adentraram no campo da economia do desenvolvimento. São resgatas as aproximações e distanciamentos entre os autores, assim como a superação crítica de Furtado à perspectiva dos pioneiros. É feita também uma breve comparação entre os autores no que diz respeito a mais dois importantes temas dentro da economia do desenvolvimento, a saber: o comércio exterior e os desequilíbrios externos e a questão das externalidades pecuniárias.

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	2
2. ARTHUR LEWIS E A OFERTA ILIMITADA DE MÃO DE OBRA.....	5
2.1 O MOVIMENTO DAS ECONOMIAS SUBDESENVOLVIDAS: TENDÊNCIA NA DISTRIBUIÇÃO DA RENDA.....	7
2.2 A FORMAÇÃO DE CAPITAL FINANCIADA PELO CRÉDITO.....	9
2.2 POUPANÇA FORÇADA OU REDISTRIBUIÇÃO DO CONSUMO? .....	10
2.3 INTRODUZINDO AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS NO MODELO DE LEWIS .....	12
3. O SUBDESENVOLVIMENTO DIANTE DO “MUNDO DESENVOLVIDO”: AS CONTRIBUIÇÕES DE RAGNAR NURKSE PARA O DEBATE.....	16
3.1 O EFEITO DEMONSTRAÇÃO .....	20
4. A PERSPECTIVA CRÍTICA DE CELSO FURTADO .....	23
4.1 AS TÉCNICAS PRODUTIVAS E O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO.....	26
4.2 MODERNIZAÇÃO SUBORDINADA: A DEPENDÊNCIA TECNOLÓGICA E O ENTORPECIMENTO DA ACUMULAÇÃO .....	27
5. DUAS CONTRIBUIÇÕES DA ECONOMIA DO DESENVOLVIMENTO EM DEBATE .....	32
5.1 COMÉRCIO INTERNACIONAL E O DESEQUILÍBRIO EXTERNO .....	32
5.2 AS EXTERNALIDADES PECUNIÁRIAS.....	36
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	41
6. BIBLIOGRAFIA .....	43

## 1. INTRODUÇÃO

O desenvolvimento econômico é pela primeira vez colocado como objeto de estudo já pelos economistas políticos clássicos. Em *Investigação sobre a Natureza e as Causas da Riqueza das Nações*, Adam Smith, um dos principais economistas clássicos, já apontava para as formas de produção, apropriação e utilização do excedente no capitalismo, assim como muitos outros economistas de seu tempo.

No entanto, com a revolução marginalista do final do século XIX, o desenvolvimento econômico foi colocado de lado, assim como a centralidade da questão do valor e da distribuição. A atenção da nova teoria dominante voltou-se para a investigação da alocação de recursos.

Com o fim da Era Liberal sob a hegemonia britânica, fim esse claramente marcado pela crise de 1929, assiste-se a retomada da discussão sobre o desenvolvimento econômico, que surge então pela primeira vez como uma disciplina particular, com um corpo teórico próprio. Essa retomada pode ser entendida como uma necessidade de dar uma resposta real tanto à crise de 1929, que resultou numa profunda e prolongada recessão econômica, quanto à Revolução Russa, que inaugurou um novo contexto geopolítico, em que os Estados Unidos, novo país hegemônico, se viram compelidos a fortalecer o bloco de países capitalistas aliados. Surge, assim, um consenso em torno da necessidade do desenvolvimento econômico, que deveria ser generalizado para todos os países, da América Latina à África recém-descolonizada.

É nesse contexto que as teorias do desenvolvimento têm origem, justamente como uma tentativa de explicar a negação do próprio fenômeno, ou seja, os porquês do desenvolvimento econômico não ser uma realidade em todos os países. As dificuldades enfrentadas pelos países subdesenvolvidos em superar a condição de atraso econômico aparecem nessa época como objeto de pesquisa para diversos autores, os chamados pioneiros do desenvolvimento. Muitos desses autores, entre os quais Arthur Lewis e Ragnar Nurkse, estudados neste trabalho, buscam na teoria clássica um suporte teórico para suas análises. Um dos objetos centrais de discussão por esses autores, por exemplo, é a necessidade dos países subdesenvolvidos em aumentar o excedente como proporção da renda para financiar a acumulação de capital necessária ao desenvolvimento. Essa ideia é um resgate da formulação clássica do excedente econômico: seria preciso elevar



o produto per capita para que, dado um valor do consumo necessário, definido como de subsistência, o excedente econômico aumente e seja revertido em aumento do estoque de capital. Uma importante implicação prática do consenso em torno do desenvolvimento foi a ajuda dos Estados Unidos na reconstrução da Europa no pós-guerra, que se materializou de muitas maneiras, entre elas na grande transferência financeira prestada pelo Plano Marshall e a abertura dos mercados estadunidenses aos países europeus. Ao contrário da Europa, continente de maior importância geopolítica e onde estavam os maiores aliados norte-americanos, não houve um Plano Marshall para a América Latina. Apesar de no famoso ponto IV do discurso de Truman em 1949 o presidente expressar a vontade de levar o progresso industrial e o conhecimento técnico para as áreas subdesenvolvidas, para essas áreas foram criadas pela ONU apenas comissões econômicas para dar suporte técnico aos governos e orientar as políticas de promoção do desenvolvimento. É com essa intenção que surge a CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina), cujos autores de maior influência no Brasil foram Raul Prebisch e Celso Furtado. Esse segundo, que também será estudado no trabalho, entra de maneira crítica no debate do subdesenvolvimento, tornando mais complexa a abordagem do tema e superando o tratamento mecânico do subdesenvolvimento que estava sendo feito por muitos autores pioneiros.

Os três autores estudados no trabalho, a saber: Arthur Lewis, Ragnar Nurkse e Celso Furtado, foram escolhidos porque deram grandes contribuições à discussão da economia do desenvolvimento, pautando uma parte significativa do debate. Tentou-se fazer um recorte, nos três primeiros capítulos, de como o problema da poupança aparece nos três autores. Essa certamente é uma questão central em todo o debate da economia do desenvolvimento e há pouca divergência entre os autores sobre o tema. Isso não surpreende na medida em que a opção pela retomada da economia política clássica faz os três autores associarem diretamente a acumulação de capital com o aumento da parte da renda que não é consumida, ou seja, com o excedente econômico, que os três autores acabam por muitas vezes chamando de poupança.

A acumulação de capital em Lewis é vista tendo como referência as conclusões que se pode chegar a partir do seu célebre modelo, em que o autor toma como hipótese central a oferta ilimitada de mão-de-obra. Em Nurkse, é dada uma atenção especial a duas questões: a) as externalidades econômicas e os entraves/caminhos que essas podem apontar para o investimento e, conseqüentemente, para a acumulação de capital e b) o

efeito demonstração, que captura parte do excedente, impedindo que esse seja destinado ao investimento produtivo. No terceiro capítulo, é apresentada a perspectiva crítica de Celso Furtado, que entra no debate do desenvolvimento incorporando as contribuições dos pioneiros e superando suas análises, ao apontar a particularidade do fenômeno do subdesenvolvimento e a necessidade de compreendê-lo à luz da formação histórico-estrutural dos países. É visto também como o autor incorpora o debate da questão da poupança, compartilhando a análise do efeito demonstração de Nurkse e entrando na discussão das externalidades. Furtado também vai mais além, dando novos contornos a essa questão e apontando outras formas de entorpecimento do excedente econômico. No último capítulo, os autores são comparados no que diz respeito a outros dois importantes temas dentro da economia do desenvolvimento, a saber: a) o comércio externo e o desequilíbrio no balanço de pagamentos, que é uma questão mais discutida por Furtado do que pelos outros dois autores e b) as externalidades pecuniárias, conceito amplamente incorporado pela economia do desenvolvimento, e que foi abordado como objeto por Scitovsky em seu artigo *Dois conceitos de economias externas*.

Por fim, são feitas algumas considerações finais e é ressaltada a necessidade de uma retomada do desenvolvimento econômico um princípio orientador do debate no campo da economia, extraindo da própria conjuntura atual os novos conceitos e novas controvérsias para explicar porque o subdesenvolvimento ainda é uma realidade.

## 2. ARTHUR LEWIS E A OFERTA ILIMITADA DE MÃO DE OBRA

Arthur Lewis, economista de Santa Lúcia ganhador do prêmio Nobel de economia em 1979, foi um pioneiro no estudo do desenvolvimento econômico dos países atrasados. Em seu clássico artigo *Desenvolvimento econômico com oferta ilimitada de mão de obra* (LEWIS, 1954), que será objeto de análise deste trabalho, o autor constrói um modelo econômico que busca compreender a dinâmica do desenvolvimento econômico nos países subdesenvolvidos, que, para Lewis, possui uma característica especial, diferenciadora para a dinâmica de acumulação do capital nesses países: a oferta ilimitada de mão de obra. Para Lewis, um grande erro da economia neoclássica é ter como pressuposto a escassez da mão de obra nos países subdesenvolvidos. Tal equívoco impossibilita a compreensão da dinâmica da acumulação capitalista nesses países, que somente poderia ser entendida se levada em conta essa característica chave. O irrealismo deste pressuposto neoclássico faz o autor buscar, assim como muitos outros autores pioneiros na investigação do desenvolvimento econômico, bases teóricas na Economia Política Clássica<sup>1</sup>. Lewis, em particular, interpreta que nos economistas clássicos está presente a hipótese da mão de obra ilimitada.<sup>2</sup> O objetivo do autor, no entanto, não é tocar o dedo nas feridas da teoria neoclássica, fazendo uma crítica profunda aos seus pressupostos e fundamentos. A crítica se limita quando essa teoria é apenas parcialmente refutada: para o autor, ela não poderia ser usada para explicar o fenômeno particular do subdesenvolvimento, pois sua inspiração seria nas economias desenvolvidas, sendo essas sim compreendidas pela abordagem neoclássica. Seria necessário, portanto, recuperar alguns elementos da economia política clássica para conseguir compreender o funcionamento das economias subdesenvolvidas, já que o distanciamento entre a teoria neoclássica e a realidade dos países subdesenvolvidos era gritante.

---

<sup>1</sup> Nurkse, Lewis e Furtado, autores discutidos no trabalho, admitem as influências da Economia Política Clássica.

<sup>2</sup> “Este artigo foi escrito segundo a tradição clássica, fazendo a suposição clássica e fazendo a pergunta clássica. Os clássicos, de Smith à Marx, assumiram, ou argüiram, que havia uma oferta ilimitada de mão de obra a salários de subsistência.” (LEWIS, 1954: 413)

O autor é bem claro quanto a esta questão: “Nossa finalidade não é substituir a economia neoclássica mas simplesmente elaborar um esquema diferente para aqueles países que não se encaixam nas hipóteses neoclássicas (nem keynesianas).” (LEWIS, 1954:414)

Em seu artigo, Lewis cria um modelo econômico para explicar como se dá formação de capital nas economias subdesenvolvidas. É importante ter em mente que a questão que o autor se preocupa em responder é como o desenvolvimento econômico chegaria aos países subdesenvolvidos, sendo necessário, portanto, entender a dinâmica da acumulação de capital nestes países, considerada como uma condição para o desenvolvimento econômico capitalista.

O modelo parte da constatação da existência de uma dualidade na economia dos países atrasados. Essas economias são abstratamente divididas pelo autor em dois setores distintos, que existem simultaneamente e se relacionam. Um primeiro setor seria o amplo setor de subsistência, que se estende pela maior parte dos países subdesenvolvidos, e é ocupado por uma massa de trabalhadores produzindo para a própria subsistência. Um dado importante para o modelo é que os trabalhadores que se encontram nesse setor têm uma produtividade marginal muito pequena, por vezes nula. Por outro lado, localizado em algumas “ilhas” espalhadas pelo amplo setor de subsistência, se encontra um setor capitalista. Esse segundo, por sua vez, funciona de forma mais similar às economias desenvolvidas.

Para Lewis, é possível diferenciar esses dois setores pela utilização de capital reprodutível na produção (LEWIS, 1954: 420). Enquanto o setor capitalista utiliza capital circulante e pode ter uma capitalização razoável, o de subsistência é caracterizado por uma ampla massa de trabalhadores muito pouco produtivos, cuja produtividade marginal do trabalho é muito baixa.

A chave para o entendimento do modelo é perceber como os dois setores das economias subdesenvolvidas se relacionam. Da relação entre eles é determinado o salário real para toda a economia e também os lucros capitalistas, que serão determinantes para ditar o ritmo de acumulação do capital e o desenvolvimento econômico nos países.

A baixíssima produtividade do trabalho no setor atrasado, resultado de sua falta de capitalização, faz com que os salários nesse setor se encontrem baixos, em um

nível de subsistência<sup>3</sup>. Sendo assim, argumenta Lewis, basta que os empresários do setor capitalista ofereçam um salário ligeiramente maior a essa massa de trabalhadores “mal empregados”, em geral camponeses, que teriam à sua disposição uma oferta ilimitada de mão de obra. Enquanto houver uma larga disponibilidade de mão de obra para o setor capitalista, os salários reais na economia persistem no nível de subsistência. Portanto, durante toda sua expansão, o setor capitalista conta com a enorme vantagem de poder contratar força de trabalho extremamente barata. A determinação dos salários para toda a economia, como se pode notar, se dá no setor de subsistência. É a partir do nível dos salários reais no setor de subsistência que os empresários encontram um parâmetro para a definição dos salários no setor capitalista.

## **2.1 O movimento das economias subdesenvolvidas: tendência na distribuição da renda**

No modelo de Lewis, a dinâmica das economias subdesenvolvidas duais consiste, por um lado, na contínua expansão do setor capitalista, aumentando cada vez mais os lucros desse setor; por outro, na contínua absorção de trabalhadores do setor atrasado a um salário de subsistência. Há, portanto, um crescimento relativo do setor capitalista frente ao setor de subsistência e uma redistribuição funcional da renda favorecendo os lucros. Por existir uma oferta ilimitada de mão de obra, os salários não aumentam, não se constituindo como um limite à expansão dos lucros e, assim, da própria expansão do setor capitalista. O setor capitalista cresce, expande ainda mais seus lucros, reinveste os mesmos e cresce ainda mais. Esse é um processo contínuo que

---

<sup>3</sup> O que Lewis entende por salário de subsistência: “O salário que o sector capitalista em expansão é obrigado a pagar é determinado pelo que se pode ganhar fora deste sector. Os economistas clássicos costumavam pensar que o salário era determinado pelo necessário à subsistência e isto pode ser a solução correta em alguns casos. No entanto, nas economias em que a maioria da população é formada por camponeses que trabalham sua própria terra, contamos com um índice mais objetivo, porque o mínimo que se pode pagar como salário é estabelecido pelo produto médio do camponês; os homens não abandonarão as suas terras se o salário representar menos do que podem consumir permanecendo em suas casas. Infelizmente, este nível objetivo desaparece de novo quando os camponeses estão sujeitos ao arrendamento da terra, porque o seu rendimento líquido dependerá, então, da importância que têm que pagar, e nos países superpovoados o arrendamento será, provavelmente, estabelecido de modo a deixar ao camponês unicamente o suficiente para sua subsistência.” (LEWIS, 1954: 10)

somente tem limite, no modelo lewisiano de economia fechada, quando a oferta inelástica de mão de obra é em boa parte absorvida. Somente então os salários aumentam, aparecendo, dessa forma, um limite à expansão dos lucros.

Para o autor, “O problema central do desenvolvimento econômico é que a distribuição do rendimento se altere em benefício da classe poupadora.” (LEWIS, 1954 : 429). Sendo assim, se a distribuição da renda favorece a classe poupadora, abre-se um caminho para o investimento dessa poupança, e, com isso, para a acumulação de capital. O autor argumenta que a classe capitalista é a classe poupadora, já que os trabalhadores, devido à pequena renda que recebem, não conseguem poupar, e as demais classes estão mais preocupadas com o consumo. Para que haja acumulação de capital, portanto, a distribuição da renda deve favorecer os capitalistas:

Para nossa finalidade não importa que os lucros sejam ou não distribuídos; a principal fonte de poupança são os lucros e se constatamos que a poupança está aumentando em relação à renda nacional, podemos ter certeza de que isso se dá porque está aumentando a participação dos lucros na renda nacional. (LEWIS, 1954: 430)

As conclusões a que chega Lewis, partindo do seu modelo de economia fechada, apontam para uma perversidade na dinâmica do desenvolvimento econômico nos países subdesenvolvidos: o setor capitalista se expande e, com isso, é aumentada progressivamente a participação dos lucros na distribuição funcional da renda. Enquanto a renda do setor de subsistência continua estagnada, assim como a de todos os trabalhadores da economia, os lucros encontram um livre caminho de expansão. Essa piora na distribuição da renda, no entanto, é funcional à acumulação de capital e ao desenvolvimento econômico, que somente poderiam se dar mediante um aumento dos lucros.

## 2.2 A formação de capital financiada pelo crédito

O financiamento da acumulação pelos lucros é a primeira possibilidade discutida pelo professor Lewis (1954). No entanto, no mesmo artigo, ele também se detém por um algum tempo analisando as possibilidades de acumulação financiada pelo crédito. A conclusão a que chega é que o financiamento pelo crédito, apesar de temporariamente gerar inflação, é um caminho possível e, em termos práticos, é mais fácil de ser imediatamente tomado.

Foi visto que nos países atrasados uma massa de trabalhadores pode ser deslocada do setor de subsistência sem que o produto desse setor diminua, pois a produtividade do trabalho nele é muito baixa ou mesmo nula. Sendo assim, a mão de obra abundante pode ser deslocada para criação de capital, sobretudo para atividades que podem ser realizadas com baixa capitalização. Como exemplos, Lewis cita a construção de estradas e a realização obras de infraestrutura. (LEWIS, 1954: 433). O resultado desse deslocamento é uma criação de capital financiada pela expansão monetária.

A criação de crédito para aumentar a capacidade produtiva pode, num primeiro momento, gerar inflação, pois os novos trabalhadores que são pagos a partir da expansão monetária entram como consumidores nos mercados de bens de consumo, pressionando a demanda. Porém, passado o período de maturação dos investimentos, a oferta aumenta, cessando os efeitos inflacionários iniciais da expansão da demanda.

O financiamento por meio do crédito, no entanto, não se apresenta como uma alternativa ao desenvolvimento com distribuição desigual da renda, já que o crédito é dado à classe investidora, ou seja, aos capitalistas. Se, por um lado, os empresários captam recursos para os investimentos a serem realizados, por outro, toda a sociedade paga pelo aumento dos preços<sup>3</sup>. Financiar pelo crédito é somente uma forma de acelerar a acumulação de capital até que os lucros capitalistas sejam suficientes para financiá-la por si mesmos. Quando os lucros se tornam autossuficientes para o investimento, os efeitos inflacionários do crédito monetário irão cessar:

---

<sup>4</sup> Será visto mais adiante, no entanto, que essa ideia não corresponde à da poupança forçada, já que todo o financiamento seria usado para pagar salários.

Esse processo inflacionário não prossegue indefinidamente: chega ao fim quando a poupança voluntária se eleva a um nível que se iguale ao nível inflado do investimento. Uma vez que a poupança é função dos lucros, isto significa que a inflação prossegue até que os lucros aumentem tanto em relação à renda nacional que os capitalistas podem financiar a maior taxa de investimento com seus próprios lucros, sem nenhum recurso ulterior à expansão monetária. O equilíbrio é assegurado essencialmente pela elevação da relação lucros/renda nacional. (LEWIS, 1954: 435)

Resumidamente, podemos identificar a solução para a questão da poupança com o crescimento do setor capitalista frente ao setor de subsistência: isso resultaria na formação de poupança, na forma de lucros, que iniciaria e daria continuidade ao processo de acumulação de capital nos países atrasados. Mesmo no caso do financiamento por meio do crédito, o resultado é um aumento dos lucros como proporção da renda – já que os beneficiados pela poupança inflacionária também são os capitalistas –, para, assim, o processo de acumulação ter consistência.

## **2.2 Poupança forçada ou redistribuição do consumo?**

O financiamento do investimento por meio do crédito é interpretado por muitos autores que comentaram o modelo de Lewis como um mecanismo de poupança forçada. Esse mecanismo, da forma como foi formulado pela escola de Cambridge, tem a característica de transferir renda dos trabalhadores para os capitalistas por meio da inflação, e essa transferência serviria de base para o investimento capitalista. Como o próprio Lewis ressalta em seu artigo, o financiamento pelo crédito não é, em seu modelo, uma forma de poupança forçada:

Em nosso modelo, se o excedente de trabalho for dedicado à formação de capital e se for pago em dinheiro novo, os preços aumentarão porque a corrente de compras em dinheiro se dilata enquanto a produção de bens de consumo continua constante. O que ocorre é que a quantidade fixa de bens de consumo é redistribuída pelos trabalhadores recém-empregados à custa do restante da comunidade (é aqui que se faz sentir a falta de capital circulante). Este processo não corresponde à poupança forçada



no sentido usual do termo. No modelo neoclássico a produção de bens de consumo é reduzida, forçando a comunidade, como um todo, a poupar. Por outro lado, em nosso modelo a produção de bens de consumo não é reduzida em momento algum; ocorre uma redistribuição forçada do consumo, mas não uma poupança forçada. E tão logo os bens de capital comecem a produzir o consumo começará a se elevar. (LEWIS, 1954: 435)

Como os trabalhadores do setor de subsistência possuem uma produtividade marginal muito baixa ou nula, o deslocamento desses trabalhadores para o setor capitalista não irá fazer com que o produto no setor de subsistência diminua. Seria possível pensar, dado que o número de trabalhadores empregados no setor de subsistência diminui com o deslocamento, que o produto do setor também diminuiria, porém isso não é verdade devido à produtividade nula dos trabalhadores deslocados.

A primeira vista, considerando que o número de trabalhadores no setor de subsistência é menor e o produto desse setor é o mesmo, poderia parecer que o produto por trabalhador cresce e, portanto, que os salários reais aumentam no setor de subsistência. Isso se constituiria como problema para o setor capitalista, já que os capitalistas teriam que subir os salários pagos a seus trabalhadores para acompanhar a alta dos salários reais no setor de subsistência. Porém, os salários reais não sobem, e sim continuam estagnados. Isso acontece porque os trabalhadores que saem do setor de subsistência para o setor capitalista passam a ganhar um salário monetário, que será usado na compra de alimentos produzidos no próprio setor de subsistência. O resultado desse processo é um aumento nos preços dos alimentos com uma redistribuição do consumo entre os setores, que acompanha a redistribuição da população entre os mesmos: o consumo dos trabalhadores do setor capitalista aumenta e o consumo dos trabalhadores do setor de subsistência diminui, ao passo que população do setor capitalista também aumenta e a população do setor de subsistência também diminui.

A chave para entender essa redistribuição é perceber que, quando é dado crédito para que os capitalistas invistam em formação de capital, todo esse crédito é usado para pagar salários, ou seja, num primeiro momento, a distribuição funcional da renda não muda. Os lucros somente aumentam como proporção da renda quando os bens de capital começam a produzir e, com isso, os capitalistas começam a auferir lucros.

### 2.3 Introduzindo as relações internacionais no modelo de Lewis

O modelo de Lewis ganha maior poder explicativo quando as economias subdesenvolvidas são analisadas levando-se em consideração as relações internacionais que essas estabelecem com o resto do mundo, sobretudo com os países desenvolvidos. No modelo de “economias abertas”, o setor capitalista nacional não é o único beneficiário da oferta ilimitada de mão de obra. A novidade é que o capital dos países com escassez de mão de obra e, portanto, com um nível salarial mais elevado, pode fluir para os países com mão de obra ilimitada, em busca de oportunidades de investimento e menores custos salariais:

Quando a acumulação de capital alcança a oferta de trabalho, os salários começam a subir acima do nível de subsistência e o excedente capitalista é afetado adversamente. No entanto, se continuar a haver excedente de mão de obra em outros países, o capitalista pode evitar que isso ocorra de dois modos: incentivando a imigração ou exportando seu capital para os países em que ainda existe excedente de mão de obra e os salários de subsistência. (LEWIS, 1954: 448)

Devido à atuação dos sindicatos dos países desenvolvidos impedindo que haja uma imigração em massa da mão de obra, o que prejudicaria os salários dos trabalhadores, Lewis logo descarta essa possibilidade e parte para a discussão dos efeitos da exportação de capital.

Do ponto de vista dos países subdesenvolvidos - para onde irá fluir o capital em busca de menores custos -, o resultado da abertura da economia ao setor externo pode ter diferentes resultados, positivos ou negativos, dependendo basicamente de dois aspectos: a) do tipo de relação estabelecida entre o países exportador e importador de capital, ou seja, se os bens que esses produzem são complementares ou concorrentes, e b) do setor para onde o capital externo irá fluir. Lewis toma como pressuposto para fazer sua análise desses resultados as teorias clássicas do comércio internacional.

Quando os países não são concorrentes, podem existir duas situações. Em um primeiro caso, quando os capitais dos países desenvolvidos se destinam à produção de bens que serão exportados para eles mesmos, ou seja, quando esses países deslocam suas industriais nacionais para dentro das fronteiras dos países subdesenvolvidos,

internacionalizando suas produções, os países desenvolvidos têm um ganho: o deslocamento de suas produções internas para os países subdesenvolvidos barateia a produção dos bens que os próprios países desenvolvidos irão consumir, já que o menor custo de mão de obra nos países subdesenvolvidos faz com que o preço dessas mercadorias caia. Há, desse modo, um barateamento dos bens consumidos principalmente pelos trabalhadores dos países desenvolvidos e a renda real desses trabalhadores, portanto, fica maior. Nesse caso fica claro que os principais beneficiários da oferta ilimitada de mão de obra são os países que deslocam suas produções para os países subdesenvolvidos ou que importam do setor exportador dos países atrasados.

Temos aqui a chave do problema, o motivo pelo qual são tão baratos os produtos tropicais. Tomemos, por exemplo, o açúcar. Nesse setor, a indústria tem uma produtividade extremamente elevada, sob qualquer padrão biológico. É também um setor em que o produto por acre foi triplicado no decorrer dos últimos 75 anos, o que representa uma taxa de crescimento da produtividade sem paralelos em nenhuma outra grande indústria do mundo - e certamente não alcançada na produção do trigo. No entanto, os trabalhadores da indústria do açúcar continuam descalços e a viver em barracos, enquanto os trabalhadores do trigo desfrutam os padrões mais elevados do mundo. O motivo disso é que os salários da indústria açucareira estão relacionados com o fato de que os setores de subsistência das economias tropicais podem liberar quantos trabalhadores forem necessários à indústria açucareira a salários baixos porque a produção de alimentos *per capita* é baixa nas zonas tropicais. Por mais produtiva que a indústria açucareira se torne, os beneficiados com isso serão principalmente os compradores industriais, por causa dos preços mais baixos do açúcar. (LEWIS, 1954: 454)

No segundo caso, o fluxo de capital se destina a aumentar a produtividade do setor de subsistência dos países subdesenvolvidos. Quando isso acontece, o salário real em tais países aumenta. Nas palavras de Lewis:

Em terceiro lugar, o setor de subsistência pode se tornar mais produtivo no sentido técnico. Por exemplo, pode começar a imitar as técnicas do setor capitalista; ou os agricultores podem começar a utilizar novas sementes ou tomar conhecimento da existência de novos fertilizantes ou de novos métodos de rotação. Podem ainda se beneficiar diretamente de alguns investimentos capitalistas, como, por exemplo, obras de irrigação, instalações de transportes ou eletricidade. *Tudo aquilo que elevar a produtividade do setor de subsistência (média por*

*peessoa) elevará os salários reais do setor capitalista. (LEWIS, 1954: 444)*

Uma vez que são aumentados os salários no setor de subsistência, esse aumento é repassado ao setor capitalista. Há de se lembrar que os salários da economia são sempre determinados no setor de subsistência.

Tendo como referência os modelos clássicos de comércio internacional, Lewis ainda fica por algum tempo discorrendo sobre o caso em que os países produzem bens concorrentes<sup>4</sup>, porém não convém um alongamento maior nesse tema, já que o trabalho tenta fazer um recorte de como é a dinâmica da acumulação de capital para o autor.

Fiel à teoria clássica do excedente, Lewis admite que, no caso de os salários subirem, há uma redução no excedente capitalista, podendo, com isso, ser prejudicada a acumulação de capital. No entanto, nesta análise estaria implícita uma suposição, que na maioria dos casos pode não corresponder à realidade, de que o aumento de produtividade do setor de subsistência se reverterá em ganhos para os trabalhadores deste setor, ou seja, irá aumentar os salários reais. Para isso ser verdadeiro, os trabalhadores teriam que ser os donos dos meios de produção e, em decorrência disso, proprietários do que produzem. Em muitos casos não é o que acontece, e os ganhos de produtividade no setor de subsistência, quando existem, são apropriados pelos grandes proprietários rurais.

Lewis, assim como outros pioneiros, tem uma preocupação central com a formação de um excedente econômico e a destinação produtiva do mesmo. Entretanto, para o autor, esse excedente se insere no processo de acumulação de capital de forma automática, e o resultado do processo é um crescimento contínuo do setor capitalista ao mesmo tempo em que a parte não capitalista das economias subdesenvolvidas atrofia. Essa seria uma tendência geral para os países subdesenvolvidos. Os capitais migrariam

---

<sup>5</sup> O autor resume suas conclusões, incluindo o caso em que os países produzem bens concorrentes, quando diz: “Podemos concluir da seguinte maneira: a exportação de capital tende a reduzir os salários dos países exportadores de capital. Isso é total ou parcialmente compensado quando o capital é aplicado para baratear os artigos importados pelos trabalhadores ou para elevar os custos salariais dos países que concorrem em terceiros mercados (elevando a produtividade em seus setores de subsistência). No entanto, a redução dos salários se agrava quando o capital é investido de modo a elevar o custo das importações (aumentando a produtividade nos setores de subsistência) ou a aumentar a produtividade das exportações rivais. Já vimos também que os países importadores de capital com excedente de trabalho não conseguem aumentar os salários reais por meio do investimento de capital estrangeiro, a menos que este capital resulte num aumento da produtividade das mercadorias produzidas para seu próprio consumo.” (LEWIS, 1954: 460)

de país para país em busca de mão de obra barata e recursos abundantes e, com isso, o excedente de mão de obra se esgotaria gradativamente. Porém, o autor não discute, tal como fazem Nurkse e Furtado, a questão do consumo como um uso indevido do excedente. Para Lewis, basta haver um setor capitalista se expandindo que o problema da poupança é resolvido, não há maiores entraves maiores à acumulação de acumulação de capital.

### **3. O SUBDESENVOLVIMENTO DIANTE DO “MUNDO DESENVOLVIDO”: AS CONTRIBUIÇÕES DE RAGNAR NURKSE PARA O DEBATE**

Nurkse, outro economista pioneiro no debate do subdesenvolvimento, faz uma interessante análise sobre alguns problemas que considera serem característicos dos países subdesenvolvidos. No presente trabalho será dada ênfase a duas questões levantadas pelo autor, a saber: a) as relações circulares que se constituem como barreiras ao investimento produtivo nos países subdesenvolvidos e b) A influência dos padrões de consumo dos países desenvolvidos nos países subdesenvolvidos, chamado pelo autor de “efeito demonstração”, e as consequências desse fato para a acumulação de capital nestes países. Essas duas questões ajudam a compreender como a questão da poupança aparece no autor, e certamente contribuem para pensar alguns dos problemas do subdesenvolvimento.

Enriquecendo a discussão dos economistas que argumentavam ser a falta de poupança o principal motivo para o baixo investimento nos países subdesenvolvidos<sup>6</sup>, Nurkse dá centralidade, ao menos no início do processo de industrialização, à restrição imposta pelos mercados como fator limitante do investimento. Para que esse último ocorra, diz o autor, é necessário que haja um incentivo por parte da demanda, no sentido de tornar o investimento rentável. É importante creditar a Rosenstein Rodin o tratamento pioneiro da questão dos limites iniciais à industrialização. Rodin desenvolveu a teoria do Big Push, que postula que deve ocorrer uma coordenação de investimentos para que do ponto de vista particular cada um desses possa ocorrer.

Partindo do pressuposto da falta de mercados, Nurkse identifica relações circulares nas economias subdesenvolvidas que impedem a formação de capital. Essas relações podem ser explicadas da seguinte forma: a dimensão dos mercados nos países subdesenvolvidos é muito pequena, não existindo demanda para muitas mercadorias que, a partir de um investimento produtivo, pudessem começar a ser produzidas. O

---

<sup>6</sup>Tendo como ponto de partida seis palestras proferidas por Nurkse em 1951 no Rio de Janeiro, Nurkse e Furtado fazem um debate a respeito da questão da poupança. Para Nurkse, o tamanho dos mercados – pequenos – funcionava como um desincentivo ao investimento nos países subdesenvolvidos. Dessa forma, a centralidade da questão da poupança é deslocada para a falta de mercados.

baixo investimento pode ser, assim, explicado pela pequena dimensão dos mercados. A pequenez dos mercados, por sua vez, seria resultado de uma renda igualmente pequena: não se demanda porque a renda, principalmente dos trabalhadores, é reduzida. Já o baixo nível de renda se deve a baixa produtividade do trabalho: trabalhadores pouco produtivos geram pouca renda. Por último, fechando essa relação circular, a baixa produtividade do trabalho se dá em razão da baixa capitalização, que resulta do baixo investimento. Essa circularidade, como podemos ver, afeta diretamente a demanda nos países subdesenvolvidos. Nas palavras do autor:

Assim, a dimensão do mercado é determinada pelo nível geral de produtividade. Capacidade de compra significa capacidade de produção. O nível de produtividade, por sua vez, depende - não em termos absolutos, mas em grande medida - da utilização do capital na produção. Mas a utilização do capital se vê, no início, inibida pela pequena dimensão do mercado. (NURKSE, 1953: 277)

Aqui se pode perceber outro pressuposto do autor, importante para compreender sua construção teórica: a lei de Say. Somente sendo válida esta lei se pode dizer que “capacidade de compra significa capacidade de produção”. Conclui-se dessa afirmação que, para haver demanda (capacidade de compra) é necessário que o investimento produtivo aumente a capacidade de produção e, em decorrência disso, aumente também a oferta. Há que se lembrar que, pelo mecanismo hipotético da lei de Say, uma maior oferta gera renda que, por sua vez, gera uma maior demanda.

No entanto, apesar de aceitar a validade desta lei, Nurkse afirma que ela não funciona nas economias subdesenvolvidas, onde existem indústrias recém criadas e mercados limitados. Para o autor, em economias com baixo nível de renda e poucos mercados, uma oferta econômica adicional - que se dá, por exemplo, com a criação de uma nova indústria - não cria sua própria demanda, conforme afirma a lei de Say. Isso ocorre porque, em países de baixa renda, os trabalhadores ganham pouco, e, portanto, consomem pouco, tornando a estrutura da demanda rígida: fazem parte da cesta de bens de consumo dos trabalhadores apenas bens elementares, que garantem essencialmente a reprodução de suas forças de trabalho, como, por exemplo, alimentos e moradia. Nurkse explica esse fenômeno dizendo que há uma inelasticidade da demanda em baixos níveis

de renda<sup>7</sup>, ou seja, mesmo que uma nova indústria se instale, ela não encontrará demanda para suas mercadorias, pois os trabalhadores não poderão deslocar seu consumo dos bens elementares que já consomem para novas mercadorias que não sejam essenciais. Logo, o investimento na instalação de uma nova indústria não seria um negócio lucrativo do ponto de vista do empresário, não tendo, assim, razões para existir.

Nurkse propõe (1953) uma solução para este problema: o investimento simultâneo numa ampla gama de indústrias, de modo que essas indústrias crescessem equilibradamente, ampliando a oferta e, com a renda gerada – mecanismo da lei de Say -, criando capacidade de compra - mercados - para essa nova oferta. Esta teoria ficou conhecida como teoria do crescimento equilibrado: somente com um crescimento equilibrado das indústrias, em especial das indústrias de massa, se resolveria o problema da geração de capacidade de compra para a nova oferta. Nas palavras do autor: “As indústrias que abastecem o consumo das massas são em sua maioria complementares, no sentido de que ao mesmo tempo proporcionam um mercado e se sustentam mutuamente.” (NURKSE, 1953: 278)

Portanto, o equilíbrio no crescimento seria importante para que a expansão da oferta consiga ser acompanhada pela expansão da demanda. Para isso, a oferta deve se expandir de maneira generalizada, englobando um conjunto de setores que produzem os bens consumidos pelas massas.

Como Nurkse afirma no trecho destacado, a necessidade do crescimento equilibrado também se explica pela complementaridade entre diferentes indústrias. Essa complementaridade existe na medida em que a produção de determinadas indústrias depende da existência de uma série de outras indústrias que funcionem de maneira interligada. Podem ser dadas como exemplos indústrias fornecedoras de insumos industriais e produtoras de máquinas e equipamentos, em que o funcionamento das últimas depende da oferta das primeiras.

Identificando uma possível solução para o problema da escassez de investimentos nos países subdesenvolvidos no crescimento equilibrado, que tornaria

---

<sup>7</sup> É fácil compreender o argumento de que os bens de subsistência não podem deixar de serem consumidos e que, portanto, a demanda por eles seja rígida. No entanto, poder-se-ia diferenciar a elasticidade da demanda por esses bens em duas situações distintas: quando a renda cai, é razoável supor que de alguma maneira os trabalhadores tentem continuar consumindo os bens essenciais de subsistência e que, portanto, a elasticidade-renda da demanda seja rígida nesse caso. No entanto, se a renda variar para cima – e valendo a Lei de Say, tal como o autor aceita - não há razões para crer que a demanda continue estagnada, pois os trabalhadores não se defrontariam com uma escolha entre consumir bens e subsistência ou consumir outros bens, e sim poderiam fazer as duas coisas.



rentável o estabelecimento de novas indústrias, Nurkse se pergunta como é possível haver coordenação nos investimentos de maneira a fazer a oferta crescer equilibradamente. Os empresários industriais realizam seus investimentos tomando como fator de decisão a lucratividade do negócio, do ponto de vista particular da empresa. Porém, nas condições reais dos países subdesenvolvidos, o investimento industrial em geral não é lucrativo, somente o sendo no caso em que se dá de forma equilibrada e numa ampla gama de setores. Caberia, portanto, haver um planejamento dos investimentos, já que o incentivo de preços, dadas as restrições de mercado dos países subdesenvolvidos, não funciona por si só nesses casos<sup>8</sup>.

Nurkse, tratando deste problema, explica o baixo investimento nos países subdesenvolvidos como uma discrepância entre a produtividade marginal privada e a produtividade marginal social do capital. O significado dessa discrepância é que, por um lado, do ponto de vista do empresário investidor, a produtividade marginal do seu capital investido é baixa, não compensando o investimento. No entanto, o benefício social que a inversão do seu capital traria, ou seja, a produtividade marginal social do seu investimento, seria grande - criaria mercados e geraria economias externas -, justificando, portanto, a realização do investimento.

A teoria neoclássica afirma que, quando o capital é escasso, sua produtividade marginal é elevada. No entanto, para o caso dos países subdesenvolvidos, a produtividade marginal do capital somente será elevada se ocorrerem simultaneamente uma série de investimentos complementares. Um investimento num setor isolado seria estéril, pois não seria capaz de criar demanda para sua produção.

Conclui-se até aqui que o autor aponta a necessidade de investimentos produtivos nas economias subdesenvolvidas para que estas superem a condição do subdesenvolvimento. A criação de indústrias complementares, produzindo mercadorias para as massas, é uma possível solução tanto para o problema da falta de demanda quanto para a criação de uma estrutura complementar de oferta industrial. A centralidade da discussão é a inexistência de mercados nos países subdesenvolvidos, entendida como o entrave maior ao investimento. A questão da poupança, no entanto, não é negligenciada por Nurkse. No próximo item ela será melhor exposta.

---

<sup>8</sup> Para o autor, o mecanismo de incentivo de mercado não funcionaria apenas nas economias subdesenvolvidas, de “baixa renda”: “A debilidade do incentivo de mercado para o investimento privado na economia nacional de uma área de baixa renda pode afetar tanto o capital nacional como o estrangeiro.” (NURKSE, 1953:280)

### 3.1 O efeito demonstração

Ainda no seu artigo de 1953, Nurkse argumenta que, por haver uma insuficiência de mercados nos países subdesenvolvidos, a poupança gerada nesses países é usada para outros fins que não o investimento produtivo:

A debilidade do incentivo de mercado para o investimento privado na economia nacional de uma área de baixa renda pode afetar tanto o capital nacional como o estrangeiro. Pode, em certo grau, contribuir para explicar a observação geralmente feita de que a poupança interna dos países subdesenvolvidos tende a ser utilizada de modo improdutivo, ou seja, entesourada, exportada ou transformada em propriedades territoriais. (NURKSE, 1953: 280)

A questão aqui, mais uma vez no debate entre os autores pioneiros, se dá em torno da problemática da utilização da poupança. Para o autor, os países subdesenvolvidos são enormemente influenciados pelos padrões de consumo dos países desenvolvidos. No entanto, a diferença entre as rendas dos países desenvolvidos e subdesenvolvidos é grande, sendo impossível para os últimos adotar esses padrões de consumo e ao mesmo tempo gerar poupança para destinar ao investimento produtivo. Sendo assim, além de a formação de poupança nos países subdesenvolvidos já ser difícil por si só, a situação se agrava quando essa escassa poupança é destinada a usos improdutivos.

A explicação para esse desvio da poupança está na tentativa de imitação dos padrões de consumo dos países mais desenvolvidos, cuja maior expressão é o *american way of life*. Nurkse chama esse fenômeno de “efeito demonstração”: tentando imitar os padrões de consumo dos países mais desenvolvidos, os países subdesenvolvidos gastariam além do que poderiam, comprometendo suas já escassas poupanças. O problema, portanto, não estaria somente no baixo nível absoluto de poupança, mas também na baixa poupança relativa. Não seria possível para os países subdesenvolvidos copiar padrões de consumo e, ainda assim, ter recursos para financiar a formação de capital.

No final do artigo, Nurkse ainda ensaia uma crítica ao modelo de industrialização por substituição de importações<sup>10</sup>. Para o autor, o problema da imitação dos padrões de consumo dos países desenvolvidos, categorizado como “efeito demonstração”, não é solucionado com a simples restrição de importações, prática largamente adotada pelos países em desenvolvimento contemporâneos às suas reflexões. A razão seria que, ao restringir importações, esses países estariam apenas restringindo o consumo de bens importados, e o problema do efeito demonstração é mais geral, se dando sob qualquer forma de consumo, incluindo o consumo de bens produzidos nacionalmente. A solução para esse problema seria uma restrição mais geral ao consumo supérfluo. Somente desse modo se poderia frear o uso indevido da poupança.

Surge, ainda, mais uma questão para Nurkse responder: qual seria a forma de captação dessa escassa poupança. Para o autor, de nada adianta haver financiamento externo se os recursos captados de outros países são direcionados a satisfazer os padrões de consumo importados dos países desenvolvidos. Logo, apesar de o financiamento aparecer como uma possibilidade de captação de recursos para financiar a acumulação de capital, não é em si uma solução para o problema, pois, como se viu, a formação de capital vai depender da utilização que se faz da poupança, e se os recursos captados no exterior forem usados para um consumo supérfluo, de nada contribuem para o investimento produtivo. Outra possibilidade de financiamento, preferencial para Nurkse, é a captação de recursos por meio da poupança forçada, ou seja, via inflação. O investimento externo privado apresentaria ainda outro problema: é um investimento induzido pelos mercados, pois a condição de sua realização é a existência de mercados para torná-lo rentável. Assim sendo, como os países subdesenvolvidos não contam com amplos mercados, esses investimentos não são atraídos. Já o investimento governamental, mesmo que financiado pelo capital externo, é um investimento autônomo, na medida em que sua realização não depende de uma garantia de rentabilidade privada. Como o investimento nos países subdesenvolvidos vem acompanhado de uma necessidade de coordenação - para que eles se deem de forma simultânea e numa ampla gama de indústrias-, o investimento governamental é, segundo Nurkse, o mais adequado.

A acumulação de capital, portanto, além de ser impedida pelo consumo improdutivo, é restringida pela falta de mercados. A superação desses entraves passa por

---

<sup>9</sup> Esse foi um dos maiores objetos de debate entre o autor e Furtado, que será abordado no último capítulo.

uma necessidade de intervenção estatal, tanto para coordenar investimentos quanto para impor limitações ao consumo. Adotando essas limitações, abre-se um caminho para que a poupança captada, seja pela forma de captação forçada ou pelo financiamento externo, assuma a forma de investimento produtivo. A condição para que esse se realize é a criação de mercados.

O autor, ao levantar o problema da falta de mercados, introduz a questão da demanda na análise, avançando na investigação das condições para que haja acumulação de capital. No entanto, a Lei de Say, mais uma vez, é refutada apenas parcialmente, para o caso particular dos países subdesenvolvidos. Uma desconstrução teórica, para além da constatação empírica da falsidade dessa lei, não é feita.

#### 4. A PERSPECTIVA CRÍTICA DE CELSO FURTADO

Muito influenciado pelas análises feitas pelos chamados teóricos “pioneiros” do desenvolvimento econômico, Celso Furtado entra no debate do subdesenvolvimento de maneira crítica, apontando a necessidade da construção uma teoria particular que dê conta de compreender o fenômeno do subdesenvolvimento. Em *Formação de capital e desenvolvimento econômico*, o autor já anuncia sua divergência quanto a pensar o subdesenvolvimento tendo como referência a teoria neoclássica e os casos históricos já consolidados de desenvolvimento, principalmente os dos países europeus:

A inexistência de material informativo de base e o resultante desconhecimento da realidade econômica criaram nos economistas dos países subdesenvolvidos o hábito de raciocinar por analogia, na ilusão de que a um determinado grau de generalidade os fenômenos econômicos seriam iguais em toda parte. Infelizmente, nem sempre é possível tirar conclusões aplicáveis a situações concretas de teorias que, se bem apresentam uma grande consistência lógica, estão construídas num elevado nível de abstração. É de esperar, entretanto, que o enorme esforço de pesquisa estatística que atualmente se realiza em muitos países subdesenvolvidos contribua para que o pensamento econômico venha a ser nesses países o poderoso instrumento de análise da realidade social que já é em outras partes do mundo. (FURTADO, 2007: 197)

Fica clara aqui a crítica de Furtado à teoria mainstream, construída para ele “num elevado nível de abstração”, distante da realidade econômica e social dos países subdesenvolvidos. Os teóricos pioneiros, apesar de serem críticos à possibilidade de a teoria neoclássica explicar o fenômeno do desenvolvimento econômico, têm nela a referência para entender o funcionamento das economias desenvolvidas. Mais do que isso, está presente em muitos dos pioneiros a ideia de que as economias subdesenvolvidas poderiam progredir linearmente, por etapas, as quais as levariam de um estágio subdesenvolvido para um estágio desenvolvido. Essa ideia pode ser muito facilmente identificada, por exemplo, em Rostow, outro teórico pioneiro que adentrou no estudo do subdesenvolvimento. Em seu artigo *Etapas do desenvolvimento econômico: um manifesto não-comunista*, Rostow classifica todas as sociedades em

cinco diferentes categorias, a saber: a) sociedades tradicionais, b) sociedades com as pré-condições para o arranco, c) sociedades em arranco, d) sociedades em marcha para a maturidade e, por fim, e) sociedades de consumo de massa (ROSTOW, [1961] 1978: 16). Todas essas sociedades estariam vivendo uma dessas etapas do desenvolvimento econômico e o elemento que as levaria à transição de uma fase para a outra seria a taxa de investimento.

Esse tratamento mecânico do desenvolvimento econômico não está presente apenas em Rostow. Ao identificar como problema central das sociedades subdesenvolvidas a oferta ilimitada de mão de obra e, com isso, acabar não discutindo outras questões, Lewis de certa forma também reduz a complexidade do fenômeno do subdesenvolvimento. O mesmo acontece com Nurkse quando o autor identifica o problema da acumulação de capital e do desenvolvimento econômico no efeito demonstração sobre o consumo nos países subdesenvolvidos, que levaria a um uso indevido da poupança. Furtado não nega essas ideias, mais adiante será visto como algumas delas são incorporadas; entretanto aponta outros fatores relevantes que no mínimo qualificam essa leitura mais mecanicista do processo de desenvolvimento econômico e social.

Enriquecendo a investigação sobre o tema, Furtado levanta a necessidade de compreender o subdesenvolvimento em sua dimensão histórica. Somente se poderia entender o subdesenvolvimento arregaçando as mangas e adentrando no estudo da formação histórica dos países subdesenvolvidos e das relações que se estabeleceram entre estes e o núcleo do sistema capitalista. Essas relações entre o núcleo industrial e os demais países se deram de formas diversas, sendo uma de suas manifestações particulares a que deu origem ao subdesenvolvimento.

Furtado, tratando da formação das economias subdesenvolvidas em *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento* (FURTADO, 1961: 180), argumenta que o tipo de relação que se estabeleceu entre os antigos países coloniais e as economias industriais europeias, com os primeiros se inserindo na divisão internacional do trabalho apenas como fornecedores de matérias primas, deu origem a estruturas híbridas nas economias coloniais, em que parte delas se integrava ao sistema capitalista e a outra parte continuava funcionando nos seus próprios termos. Esse sistema econômico híbrido, que nasce da relação entre as economias coloniais e o centro industrial, passa a ser característico das estruturas subdesenvolvidas.

Pode-se determinar a posição de um dado país no sistema mundial, encaixando-o como parte do “centro” ou da “periferia” desse sistema, a partir da situação em que ele se encontra na divisão internacional do trabalho. Desde seu descobrimento, o Brasil se inseriu nessa divisão como um produtor de bens primários, de baixo conteúdo tecnológico, ao passo que os países desenvolvidos produziam bens manufaturados com maior incorporação de modernas tecnologias.

O nascimento das estruturas híbridas pode ser identificado na inserção histórica dos países subdesenvolvidos no mercado mundial, que teve como resultado o desenvolvimento desigual dos setores produtivos desses países. Enquanto o setor voltado à exportação se inseria no sistema capitalista mundial como produtor e exportador de bens primários, os setores tradicionais de subsistência ficavam estagnados na sua antiga forma de organização e produção. Sendo assim, embora a produtividade do trabalho aumentasse no setor exportador e, com isso, esse conseguisse desenvolver sua produção e aumentar a renda gerada em seu interior, a maior parte do sistema produtivo continuava atrasado, sem dispor de novas técnicas produtivas nem capitalização. Esse desenvolvimento desigual teve como resultado o que ficou conceituado pela CEPAL como heterogeneidade estrutural, ou seja, uma pequena parte do sistema produtivo se desenvolve e conta com uma alta produtividade do trabalho, ao mesmo tempo em que a maior parte desse sistema se mantém atrasada e com baixa produtividade do trabalho.

Ao levar em consideração o desenvolvimento histórico das economias subdesenvolvidas, fica claro que essas não essas não percorrem etapas ou fases pelas quais já passaram as economias desenvolvidas. Sendo assim, Furtado afirma que o caminho que os países subdesenvolvidos devem percorrer para superarem o subdesenvolvimento é um caminho particular:

O subdesenvolvimento é, portanto, um processo histórico autônomo, e não uma etapa pela qual tenham, necessariamente, passado as economias que alcançaram um grau superior de desenvolvimento. Para captar a essência do problema das atuais economias subdesenvolvidas, necessário se torna levar em conta essa peculiaridade. (FURTADO, 1969: 166-167).

O esforço de Furtado em tentar entender o subdesenvolvimento como um fenômeno histórico estrutural, em que o autor busca extrair da própria análise histórica do seu objeto de estudo os elementos necessários a sua compreensão, certamente o

diferencia dos demais autores pioneiros, inaugurando uma perspectiva crítica sobre o que é o subdesenvolvimento. É importante buscar compreender como Furtado pensa o problema da poupança e da acumulação de capital nos países subdesenvolvidos tendo a clareza de que essa questão se apresenta de uma forma particular nesses países, se relacionando com a formação histórico estrutural dos mesmos e com a maneira pela qual se relacionaram os países subdesenvolvidos com o centro industrial. Feita essa ressalva, os pontos analisados nos próximos tópicos irão se deter em algumas questões discutidas pelo autor. As contribuições de Furtado para o pensar o subdesenvolvimento vão muito além do que será visto, e não é a intenção deste trabalho analisar a evolução do pensamento do autor, tarefa para a qual seria necessária a leitura de toda sua rica obra.

#### **4.1 As técnicas produtivas e o desenvolvimento econômico**

Ainda seu artigo *Formação de capital e desenvolvimento econômico* Furtado define o processo de desenvolvimento econômico como a “introdução de novas combinações de fatores de produção que tendem a aumentar a produtividade do trabalho” (FURTADO, 2007: 205). Partindo dessa ideia, o autor diferencia a maneira como se deu o desenvolvimento econômico nos países desenvolvidos e nos países subdesenvolvidos. Nos primeiros, foram introduzidas novas técnicas de produção, inovadoras, que aumentaram a produtividade do trabalho; ao passo que nos últimos houve uma assimilação das técnicas produtivas já existentes. A questão para os países subdesenvolvidos durante o processo de industrialização que esses vivenciaram foi, portanto, assimilar as técnicas produtivas modernas, importadas do mundo desenvolvido. Quando Furtado faz essa leitura sobre a forma como se deu o desenvolvimento nos países, assimilando ou produzindo novas tecnologias, ele tem como referência o processo de industrialização por que o Brasil passou a partir da



década de 1930, quando o país criou algumas indústrias de bens de consumo, passando a produzir internamente bens que antes importava.

No entanto, o capital é escasso nos países subdesenvolvidos, fato que se configura como um impedimento à utilização generalizada das técnicas modernas dos países desenvolvidos, já que não se poderia combinar, utilizando tais técnicas, a larga oferta de trabalho dos países subdesenvolvidos com a pequena oferta de capital desses países: o capital é relativamente escasso. A escassez de capital é um problema próprio do subdesenvolvimento: sendo a renda pequena, uma parte significativa dela se destina à “satisfação das necessidades de alimentação e vestuário da coletividade”, não havendo excedente para dar início a um processo de acumulação de capital.

Sendo assim, ao importar a técnica moderna, que combina relativamente muito capital com pouco trabalho, os países subdesenvolvidos, cuja oferta de mão de obra é muito grande, estariam deixando de utilizar boa parte da mão de obra de que dispõem, marginalizando uma massa de trabalhadores. Para contornar esse problema, argumenta Furtado (1963), seria necessário que os países subdesenvolvidos utilizassem uma nova técnica produtiva, mais racional do ponto de vista dos recursos de que dispõem, ou seja, que aproveitasse melhor a grande oferta de mão de obra. O uso dessa nova técnica criaria uma relação virtuosa entre a produção, difusão e assimilação do progresso técnico, levando em consideração as particularidades das economias subdesenvolvidas - a grande oferta de mão de obra e a escassez de capital. O desenvolvimento consistiria, portanto, na adequação dos recursos existentes a uma nova técnica, tornando possível a acumulação de capital e o próprio desenvolvimento.

#### **4.2 Modernização subordinada: a dependência tecnológica e o entorpecimento da acumulação**

Em geral, o crescimento da renda resulta numa diversificação dos padrões de consumo: os trabalhadores, ao ganharem mais, diversificam sua demanda, consumindo novos bens. Sendo assim, com o surgimento de novos mercados para satisfazer às novas demandas dos trabalhadores, pode ser dado um impulso à

diversificação produtiva. Se passa a existir uma demanda por bens de consumo duráveis, por exemplo, pode ser lucrativo para os capitalistas investir na produção desses novos bens, diversificando, quando isso ocorre, a própria estrutura produtiva, fazendo com que essa se adeque à demanda. No entanto, uma outra condição também seria necessária para que essa diversificação produtiva se materialize: parte do excedente deve ser destinado ao investimento na sua criação. É então que Furtado chega ao problema, já discutido por Nurkse, do uso indevido do excedente.

Na segunda parte de seu artigo *Formação de capital e desenvolvimento econômico*, Furtado, dialogando com Nurkse<sup>11</sup>, trata da relação entre a propensão a consumir e a intensidade do crescimento. O autor aponta como um dos fatores que ditam o ritmo do desenvolvimento econômico o coeficiente de inversão da economia, que pode ser entendido como a proporção da renda que é investida. Haveria, no entanto, uma tendência ao gasto da poupança em consumo improdutivo nas economias subdesenvolvidas, impedindo que a taxa de investimento seja alta e a formação de capital ocorra: “A tendência a aumentar da propensão a consumir, resultante das disparidades internacionais de renda real, determina uma redução progressiva no ritmo do crescimento espontâneo dos países que ficaram atrasados no processo de desenvolvimento.” (FURTADO, 2007: 211)

Portanto, concordando com Nurkse, Furtado acredita que um fenômeno característico que atinge as economias subdesenvolvidas é o efeito demonstração. O resultado desse efeito, como já foi visto, é um ritmo de expansão da renda mais lento do que o ritmo de expansão do consumo, comprometendo, assim, o “desenvolvimento espontâneo” – a partir da poupança gerada internamente – dos países subdesenvolvidos<sup>12</sup>.

---

<sup>10</sup> “Outro problema de grande interesse que discute o professor NURKSE é o da elevada propensão a consumir dos atuais países subdesenvolvidos. Esse fenômeno foi destacado em muitos estudos da CEPAL e é motivo de reflexão para todos aqueles que se preocupam com política de desenvolvimento econômico. A importância da contribuição do Prof. NURKSE nesta matéria deve-se a que ele deu maior generalidade ao fenômeno, colocando-o dentro de uma teoria geral do comportamento do consumidor.” (FURTADO, 2007: 210)

<sup>11</sup> “Graças à enorme força dos meios de propaganda e comunicações, os hábitos de consumo vão na frente, como o carro diante dos bois. Há em razão disso motivos para crer que o desenvolvimento espontâneo dos países subdesenvolvidos atuais se realiza com ritmo muito inferior ao que seria de esperar das potencialidades dessas economias e do progresso alcançado pela técnica. Como superar essa dificuldade é, por certo, um dos problemas mais sérios que se apresentam aos economistas de nossa época.” (FURTADO, 2007: 215)

Uma última contribuição no que diz respeito a esse que se pretende resgatar do artigo de 1951 é a questão do descompasso existente nas economias subdesenvolvidas entre a produtividade marginal social e a produtividade marginal do capital, outro ponto de concordância entre Nurkse e Furtado. A ideia, como também já foi exposto neste trabalho, é que nos países subdesenvolvidos existem diversos investimentos que, do ponto de vista social, gerariam um grande retorno, porém não são realizados, pois não há estímulos de mercado suficientes para que os empresários concretizem a inversão. Os investimentos na criação de uma infraestrutura energética e no melhoramento do setor de transportes são bons exemplos para explicar esse descompasso: ambos são importantes do ponto de vista de uma ampla redução de custos na economia, portanto teriam uma alta produtividade marginal social, entretanto, do ponto de vista dos empresários, são investimentos que não geram lucros suficientes para que sejam realizados, ou seja, a produtividade marginal do capital investido nessas atividades é baixa. Furtado conclui então que, nas economias subdesenvolvidas, “o simples mecanismo de preços do mercado não possibilita utilização ótima dos recursos.” (FURTADO, 2007: 217)

Em trabalhos posteriores<sup>13</sup>, Furtado dá contornos mais definidos às formas pelas quais a periferia do sistema é dominada e se mantém dependente do centro. Tendo como pressuposto a abordagem cepalina que divide o mundo entre países centrais e periféricos, Furtado analisa as formas pelas quais o excedente econômico é extraído da periferia pelos países centrais. O argumento é que os países subdesenvolvidos entram em contato com a modernização tecnológica através do consumo dos bens finais modernos, nos quais já estão incorporadas as novas tecnologias. No entanto, a assimilação dos processos produtivos modernos, que são necessários à produção desses bens, não ocorre. Identifica-se, assim, uma das facetas da dominação: como não produzem os bens modernos que fazem parte da sua cesta de consumo, os países subdesenvolvidos ficam dependentes da importação desses bens. A modernização se dá apenas nos padrões de consumo:

Chamemos de modernização a esse processo de adoção de padrões de consumo sofisticados (privados e públicos) sem o correspondente processo de acumulação de capital e progresso técnico nos métodos produtivos. (FURTADO, 1974: 81)

---

<sup>12</sup> *Subdesenvolvimento e desenvolvimento* (1963) é a obra que este trabalho tem como referência.

Comentando a obra de Furtado, Borja é bem preciso:

Devido à especialização produtiva e à alta concentração de renda características deste sistema econômico, consoma-se a *modernização* das sociedades periféricas, isto é, segundo Furtado, a diversificação da estrutura de demanda sem uma contrapartida na estrutura produtiva, com assimilação da cultura material oriunda do centro do sistema. A modernização é uma das faces mais relevantes da dependência, uma vez que a demanda por bens de consumo industrializados não pode ser suprida por produtores internos e tem que recorrer à importação. Traço marcante da *dependência tecnológica*, primeiramente observada na difusão dos bens de consumo final. (BORJA: 23)

A dependência tecnológica dos produtos dos países desenvolvidos, ao fazer vazar excedente econômico dos países subdesenvolvidos em direção aos países centrais, é uma das formas em que se expressa o subdesenvolvimento. Furtado identifica, no entanto, mais duas formas de vazamento do excedente. Uma segunda forma seria por meio do controle do capital estrangeiro sobre as atividades produtivas, industriais e financeiras. O capital estrangeiro explora essas atividades e, como contrapartida, obtém os lucros gerados por ela. Sendo o capital estrangeiro o proprietário desses lucros, a lógica da sua utilização obedece aos seus interesses, quer sejam eles convenientes ao desenvolvimento nacional, quer não sejam. A decisão sobre o que fazer com esses lucros não caberia ao Estado brasileiro, que, para Furtado, é quem planejaria os investimentos e o desenvolvimento econômico. Por fim, uma terceira via de vazamento do excedente se daria por meio da deterioração dos termos de troca dos produtos exportados pelos países subdesenvolvidos. Historicamente, os países subdesenvolvidos, em geral ex-colônias, se inseriram na divisão internacional do trabalho como exportadores de produtos primários. Contudo, os preços dos produtos primários sofrem uma tendência de longo prazo à queda, numa velocidade maior do que os preços dos produtos industrializados – e elasticidade-renda da demanda e a elasticidade-preço da demanda dos produtos primários são baixas. Tirando o choque das commodities da década de 1970, em que houve uma melhora temporária nos termos de troca para os produtos agrícolas, essa tendência é confirmada pela história.

Sintetizando o argumento de Furtado sobre as formas pelas quais o excedente é apropriado pelo centro industrial, Borja diz:

As três contribuem para moldar a forma de utilização do excedente, desviando o potencial de acumulação da periferia

para alimentar o pleno funcionamento das indústrias dos países centrais, ou seja, ao fraco dinamismo da demanda externa por bens primários soma-se o fraco dinamismo da demanda interna por bens industrializados, notadamente voltada para a importação. Não se completa, desta forma, o sistema produtivo nacional, sendo de muito difícil substituição a indústria de bens de capital, uma vez que o investimento, tido como a variável chave de todo o sistema, desvia sua demanda potencial para a indústria estrangeira. (BORJA: 24)

Furtado, portanto, em muito se aproxima da análise dos pioneiros no que diz respeito à questão da poupança. O autor incorpora a análise do efeito demonstração de Nurkse para explicar o uso indevido do excedente nos países subdesenvolvidos e aprofunda o argumento ao identificar uma crônica dependência da tecnologia dos países industriais. Foi visto também que os lugares comuns entre os autores ultrapassam essa questão, e outras teorias, como a do descompasso entre a produtividade social do capital e sua produtividade marginal, são também assimiladas.

## **5. DUAS CONTRIBUIÇÕES DA ECONOMIA DO DESENVOLVIMENTO EM DEBATE**

Este capítulo fará uma breve comparação entre os autores apresentados no trabalho no que diz respeito a dois importantes temas presentes no debate da economia do desenvolvimento, a saber: a) o comércio internacional e o desequilíbrio externo e b) as externalidades pecuniárias. A questão das externalidades pecuniárias está presente tanto em Nurkse quanto em Furtado, ao passo que Lewis não entra na discussão do tema. Para compreender melhor esse importante conceito da forma como ele aparece quando ligado às teorias da industrialização, foi usado o artigo de Tibor Scitovsky *Dois conceitos de economias externas*<sup>13</sup>. O primeiro item do capítulo tem como principal referência o debate travado entre Nurkse e Furtado em 1951.

### **5.1 Comércio internacional e o desequilíbrio externo**

Uma das grandes contribuições da CEPAL, que é compartilhada por Furtado, foi ter identificado na restrição externa um problema crônico dos países subdesenvolvidos.

A industrialização, tida por todos os autores discutidos até aqui como o caminho para o desenvolvimento econômico, vem acompanhada de uma maior necessidade de importar máquinas e equipamentos. A razão para isso é que os países subdesenvolvidos não produzem internamente os bens de capital necessários para a instalação de suas indústrias. Logo, não é possível haver industrialização sem que haja capacidade de importar, ou seja, divisas internacionais. No entanto, diz Furtado, a procura de bens de capital cresce mais rapidamente do que a capacidade de importar. Existindo, portanto, um processo de industrialização em curso, esse fatalmente se esbarraria numa escassez de divisas, criando um desequilíbrio externo, que impediria a continuidade do processo.

---

<sup>13</sup> Este artigo também foi reeditado na coletânea *A Economia do Subdesenvolvimento*, organizada por Agarwala e Singh.

Para remediar esse problema, Furtado aponta a necessidade de uma mudança na estrutura produtiva que acabasse por impedir esse desequilíbrio. Essa mudança se daria com a criação de indústrias exportadoras ou que substituíssem importações. Produzir internamente o que antes era importado ou produzir para a exportação aumentaria a disponibilidade de divisas para a importação de bens de capital.

Explorando seu argumento, Furtado aponta ainda a causa da inflação nos países subdesenvolvidos como relacionada ao desequilíbrio externo, na medida em que uma das maneiras de se resolver o problema da escassez de divisas nos países subdesenvolvidos se dava por meio da desvalorização do câmbio, como uma forma de aumentar as exportações<sup>14</sup>. Embora essa política fosse relativamente efetiva em seus objetivos, ela também resultava num encarecimento dos produtos importados e conseqüentemente numa inflação de custos.

Discordando de Furtado, Nurkse acreditava que uma política de substituição de importações não resolveria o problema central dos países subdesenvolvidos, identificado por ele na falta de mercados. Para o autor, uma política protecionista que buscasse promover a industrialização por substituição de importações seria ineficaz, pois a demanda por importações reprimida por essa política não seria suficiente para justificar o investimento privado na criação de indústrias nacionais. Mais uma vez o argumento é o da falta de mercados. Nurkse ainda vai mais além dizendo que uma política de restrição de importações afastaria investimentos estrangeiros na criação de indústrias nacionais, pois esses investimentos somente se dirigiriam a países com mercados já estabelecidos, e a restrição às importações poderia dificultar a própria criação desses mercados.

Embora tenha feito uma crítica à industrialização por substituição de importações, Nurkse parece se convencer de que a proteção às indústrias nascentes é necessária. No entanto, insiste na centralidade da inexistência de mercados: “Espero não ser mal compreendido. Não sou contrário de nenhum modo a proteção das indústrias nascentes. Estou apenas dirigindo a atenção para a necessidade prévia da criação dessas indústrias.” (NURKSE, 1953: 280)

No que diz respeito ao debate com Furtado, o que parece ser uma grande limitação de Nurkse é ter como pressuposto a validade da lei de Say e a conseqüente

---

<sup>14</sup> Essa, no entanto, não era a única maneira de remediar o desequilíbrio externo.

igualdade entre poupança e investimento, em que a primeira determina o segundo. Ao argumentar que o aumento nas importações de bens de capital pode ter como consequência a redução nas atividades internas de investimento<sup>15</sup>, o autor tem em seu pensamento que o gasto em importação comprometeria a poupança interna e, com isso, o investimento na formação de capital:

Não podemos extrair mais capital do comércio externo, simplesmente obtendo mais importações de bens de produção. O problema verdadeiro é extrair mais poupança da renda nacional. É somente com uma política complementar de aumento da poupança interna, quer voluntária, quer compulsória, que as restrições à importação podem ser usadas efetivamente e com êxito, para obter maiores importações de bens de produção no comércio exterior. (NURKSE, 2007:156)

O problema dos desequilíbrios externos, para Nurkse, se relaciona também à questão da poupança. Nas palestras de 1951 o autor analisa os efeitos dos fluxos internacionais de capitais sobre os países que recebem os financiamentos. Para ele, o pagamento desses financiamentos e dos juros que incidem sobre eles depende da capacidade do governo de gerar uma receita fiscal equivalente ao valor devido. A não geração dessa receita criaria uma situação em que os gastos agregados superam a oferta agregada. O desequilíbrio externo, segundo essa análise, se insere na questão da poupança:

A explicação para esse ponto é que os desequilíbrios externos para Nurkse só ocorrem quando há uma deficiência de poupança, ou seja, quando os gastos agregados, aí incluindo o consumo, superam a oferta de plena capacidade. A ocorrência de desequilíbrios externos também só pode ser resultado de excesso de demanda interna. Para Nurkse não há complementaridade entre bens importados e produzidos internamente, ou seja, coeficientes fixos de importação envolvendo bens de capital e/ou insumos que exigiriam para sua aquisição certo montante de divisas. Essa demanda por importações seria incompreensível e independente da poupança externa, como ocorre na formulação original do modelo de dois hiatos. (BASTOS, 2007:14)

Bastos traz o argumento, explorado por Furtado, de que a pauta de importações dos países subdesenvolvidos que passam por um processo de industrialização é em parte

---

<sup>15</sup> “A consequência é que o aumento nas importações de bens de produção tende a ser neutralizada por uma redução das atividades domésticas de investimento, ou na realidade por investimento negativo interno, causado por negligenciamento da manutenção e substituição de capital à medida que o mesmo se desgasta. Enquanto não houver aumento na poupança não poderá haver aumento líquido da formação de capital.” (NURKSE, 2007:154)



rígida, pois alguns de seus itens, tal como insumos industriais e bens de capital, não podem deixar de ser importados sem que o próprio processo de industrialização fique comprometido. Ao fazer levantar esse argumento, Furtado dá novos contornos à questão do desequilíbrio externo, ao passo que Nurkse se mantém preso às abordagens tradicionais acerca do tema.

Em seu texto de 1951 Furtado discute a possibilidade de a acumulação de capital ser impulsionada pelo comércio externo. O autor chega a argumentar que, estando a economia estagnada pelo baixo nível de renda, um primeiro impulso à formação de capital poderia vir de fora, aproveitando-se os a demanda por bens primários dos mercados internacionais. A ideia é que a comercialização com o exterior dos bens agrícolas produzidos pelos países subdesenvolvidos amplia o horizonte de mercados para esses produtos, podendo aumentar a renda gerada pelo setor exportador. A acumulação de capital nesse setor poderia ser o primeiro passo para uma formação interna e cumulativa de capital, caso a renda gerada pelo setor exportador fosse reinvestida produtivamente no país.

Embora no texto de 1951 Furtado apresente uma visão otimista a respeito do comércio internacional, essa visão não se sustenta em trabalhos posteriores. Como já foi mencionado, o autor argumenta que a inserção no comércio internacional como exportador de bens primários faz parte da própria condição subdesenvolvida, pois o excedente gerado pelo setor primário-exportador foi sempre apropriado centro industrial, na medida em que a periferia, por não incorporar a tecnologia de produção dos bens industrializados, se mantém dependente da importação desses bens e de suas respectivas tecnologias.

A transferência de excedente da periferia para o centro, que desequilibra o balanço de pagamentos, se dá principalmente sob a forma de remessa de lucros das empresas estrangeiras que controlam atividades produtivas, comerciais e financeiras nos países subdesenvolvidos. Essa transferência é ainda agravada pela deterioração dos termos de troca dos bens primários exportados pelas periferias. Prebisch, em particular, acreditava que os salários dos trabalhadores do centro incorporariam esses ganhos de produtividade dada estrutura do mercado de trabalho aí encontrada. Na periferia existiria uma pressão permanente pela baixa dos salários, ou seja, uma não incorporação dos ganhos de produtividade nos países subdesenvolvidos. Nesse sentido, o desequilíbrio externo seria parte de um problema estrutural, refletindo a própria inserção dos países

subdesenvolvidos no sistema mundial, e está, portanto, diretamente relacionado à formação histórico-estrutural desses.

Lewis apresenta em *The Evolution of the International Economic Order* uma crítica à ideia de que existe uma tendência à piora nos termos de troca para os produtos agrícolas. Para o autor, o que faz os termos de troca desfavoráveis a um determinado bem são os baixos custos de produção dos países exportadores desse bem. Isso explicaria, por um lado, as razões dos termos de troca dos produtos agrícolas terem ao longo do tempo piorado em relação aos bens industriais: os países que historicamente produziram esses bens para a exportação têm custos de produção muito baixos, refletindo os baixos custos da mão-de-obra. No entanto, quando a partir da década de 1950 houve um processo de industrialização nesses países com grande oferta de mão de obra e a partir de então alguns deles passaram a produzir bens industriais para a exportação, os preços desses bens caíram, ou seja, houve uma piora nos termos de troca para determinados bens industriais no mercado internacional.

Isso se explicaria porque, com a industrialização, esses países se tornaram economias duais, em que contam ao mesmo tempo um setor industrial e um amplo setor de subsistência. Com isso, o baixo custo da mão de obra se mantém, refletindo-se no baixo custo dos produtos industriais, o que, por sua vez, implica numa piora dos termos de troca para esses produtos. Portanto, a razão para os termos de troca historicamente terem piorado para a agricultura não estaria numa “tendência natural”, e sim, objetivamente, no baixo custo da mão de obra dos países que se tornaram exportadores agrícolas. Quando o custo da mão de obra no país não é barato, mesmo que ele seja exportador primário, não há essa tendência, como exemplos podem ser dados os casos da Austrália e da Dinamarca.

## **5.2 As externalidades pecuniárias**

A questão das externalidades pecuniárias, que tanto Furtado como Nurkse incorporam, pode ser bem compreendida a partir da conceituação que faz Scitovsky. Esse autor discute a questão das externalidades econômicas fazendo uma diferenciação entre a forma como esse conceito aparece quando associado a dois diferentes tipos de

teorias: as teorias do equilíbrio<sup>16</sup> e as teorias da industrialização. Para o autor, o significado do conceito muda dependendo da teoria a qual ele está relacionado. Em geral, os autores que usam o conceito para tratar do processo de industrialização, o adotam de forma mais ampla, abarcando não somente as externalidades no sentido tradicional<sup>17</sup>, mas também outro tipo de externalidade, que acontece por meio dos mecanismos de mercado, e não fora dele. O conceito ampliado de externalidade econômica, que interessa a este trabalho, é chamado por Scitovsky de “externalidade pecuniária”.

Segundo a teoria das externalidades tradicional, afirma Scitovsky, a desejabilidade de um investimento é determinada pela sua taxa de lucro, ou seja, pode-se dizer que, se um investimento é lucrativo, há um desejo social para que ele seja realizado. O mecanismo de mercado, ao estabelecer um preço elevado para uma determinada mercadoria que pode ser produzida a partir de um investimento, sinaliza esse desejo. Para o autor, esse mecanismo funciona bem nas economias desenvolvidas, no entanto, nas economias subdesenvolvidas, sem indústrias estabelecidas, ele apresenta falhas.

O principal problema dos países subdesenvolvidos consiste na falta de indústrias estabelecidas que funcionem de forma complementar. Para o bom funcionamento de uma indústria de bens de consumo, por exemplo, é necessário que uma cadeia de indústrias fornecedoras de matérias primas e insumos industriais esteja em operação, para oferecer os bens intermediários necessários à produção da indústria de bens de consumo. Quando não há uma cadeia de fornecimento ou mesmo quando ela existe, porém possui baixa produtividade, isso se reflete numa onerosa estrutura de custos – na forma de elevados preços de matérias primas - para a indústria de bens de consumo, diminuindo sua lucratividade e, dessa forma, os incentivos à investimentos na

---

<sup>16</sup> “A teoria do equilíbrio, tanto na forma geral como na parcial, é uma teoria estática que trata das características do sistema econômico quando em equilíbrio. A maioria de suas conclusões é baseada nas hipóteses de: a) concorrência perfeita de ambos os lados e todos os mercados e b) divisibilidade perfeita de todos os recursos e produtos. Essas hipóteses servem de base à conclusão principal da teoria do equilíbrio geral, ou seja, de que a economia de mercado leva a uma situação de ótimo econômico (no sentido de Pareto) sempre que toda influência econômica do comportamento de uma pessoa (ou empresa) sobre o bem-estar de outra pessoa (ou sobre o lucro de uma empresa) for transmitida por meio de seu impacto nos preços de mercado.” (SCITOVSKY, 316)

<sup>17</sup> “Externalidades, também chamadas economias (ou deseconomias) externas, cujos efeitos podem ser positivos ou negativos - em termos de custos ou de benefícios - gerados pelas atividades de produção ou consumo exercidas por um agente econômico e que atingem os demais agentes, sem que haja incentivos econômicos para que seu causador produza ou consuma a quantidade referente ao custo de oportunidade social.”

sua atividade. Poder-se-ia concluir, usando os termos da teoria das economias externas tradicional, que o excedente social – soma do excedente do produtor com o excedente do consumidor -, nesse caso seria menor em comparação com uma situação em que houvesse indústrias supridoras de matérias primas funcionando com alta produtividade. Se as indústrias são mais produtivas, os custos são menores e isso pode se refletir ou em lucros maiores, ou em preços menores ao consumidor, ou mesmo numa situação intermediária. Em todos os casos, o excedente social é maior.

Ainda no exemplo visto anteriormente, caso haja um investimento que aumente a produtividade da indústria fornecedora de matérias primas e, em consequência disso, os preços das matérias primas caia, a indústria produtora de bens finais terá uma redução nos seus custos e, com isso, poderá ter uma lucratividade maior. A redução nos custos da indústria produtora de bens de consumo, por sua vez, pode se refletir também numa diminuição dos preços dos bens de consumo, repassando o efeito positivo do investimento inicial aos consumidores. Pode-se ainda pensar num outro exemplo em que toda uma cadeia de indústrias se relaciona de forma interdependente, de modo que cada indústria, por meio do mecanismo de preços, consegue absorver os benefícios dos investimentos realizados fora dela. Esses efeitos positivos – aumento dos lucros em consequência de uma diminuição dos custos - podem se propagar dinamicamente caso esses lucros sejam usados para aumentar ainda mais a produtividade das indústrias e criar novas indústrias complementares.

A externalidade pecuniária consiste, portanto, na interdependência entre os agentes econômicos quando essa é mediada pelo próprio mercado. No conceito de externalidade tradicional, abraçado principalmente pela teoria neoclássica, os ganhos ou perdas para os agentes que se relacionam se dão fora do mercado, por isso as externalidades são consideradas como falhas do mesmo.

Para Scitovsky, como se viu, o mecanismo de preços relativos não conseguiria expressar a desejabilidade social de um investimento nas economias subdesenvolvidas:

(...) a rentabilidade privada do investimento é considerada um bom índice da desejabilidade social, ao menos como regra geral (...) No entanto, são demasiado grandes e óbvias as exceções a esta regra para que se possa ignorá-las, principalmente no que diz respeito aos países subdesenvolvidos. (SCITOVSKY, 319)

Para o autor, muitas indústrias nos países subdesenvolvidos não conseguem ser lucrativas porque pode não haver uma cadeia produtiva que dê condições para que ela se desenvolva. A indústria pode ser potencialmente lucrativa, no sentido de que há uma demanda na sociedade pelo que ela produz, no entanto, ela não consegue produzir a preços razoáveis, pois seus custos são muito altos. Para que os custos sejam mais favoráveis e condições reais sejam criadas para sua instalação, uma ampla gama de indústrias que operam de forma interligada deveriam ser criadas simultaneamente, gerando economias externas uma para outra.

Para o autor o mercado simplesmente não seria capaz de realizar essa tarefa:

No entanto, é intrigante que a interdependência pelo mecanismo do mercado seja responsável por explicar o fracasso da economia de mercado em conduzir ao ótimo socialmente desejável quando a teoria do equilíbrio leva à conclusão oposta e baseia-se na interdependência do mercado a fim de produzir uma situação ótima. (SCITOVSKY, 319)

As próprias externalidades criadas pelo mercado, que são externalidades negativas quando se trata dos países subdesenvolvidos, seriam a razão para que os investimentos produtivos não ocorram. A teoria do equilíbrio geral não consegue identificar a interdependência dinâmica entre as diferentes indústrias, a maneira como os lucros em uma indústria estão relacionados aos preços e à produtividade de outras indústrias. Sendo assim, o conceito das externalidades pecuniárias seria uma boa ferramenta para compreender os limites da industrialização nos países subdesenvolvidos.

Finalmente, como solução para esse problema, o autor propõe a criação de um amplo sistema de informação que ajude a coordenar as decisões de investimento por parte dos empresários, “para permitir que todas as pessoas que sigam essas decisões conheçam as decisões dos demais e coordenem as suas com as outras” (SCITOVSKY, 324). Dessa maneira, as pessoas teriam informações que as permitissem se planejar para o futuro, não ficando presas somente às informações do presente, ou seja, os preços de mercado das mercadorias.

O argumento, presente tanto em Nurkse quanto em Furtado, do descompasso entre a produtividade marginal do capital e sua produtividade marginal social resulta na conclusão de que deveria haver uma coordenação dos investimentos para que esses se tornem rentáveis. Essa argumentação certamente dialoga com a

questão das externalidades pecuniárias: existe uma interdependência entre os setores aos quais esses investimentos se direcionam, e o investimento em um determinado setor gera economias externas positivas para outros setores. A teoria do crescimento equilibrado de Nurkse é uma proposição que tem a intenção justamente de orientar para o aproveitamento dessas externalidades pecuniárias. Até mesmo Lewis, apesar de não se deter no tema nem colocá-lo como objeto de investigação, não ignora a questão das externalidades pecuniárias. Quando o autor discute as motivações dos fluxos internacionais de capitais – entre os hipotéticos países A e B no exemplo dado abaixo –, fica clara a referência que faz ao tema:

Mas isso não é tudo. A produtividade do investimento em B não depende somente de seus recursos naturais e humanos, mas também da eficiência de todas as demais indústrias cujos serviços serão utilizados pelo novo investimento. E isso varia, em parte, do grau de capitalização dessas indústrias. A produtividade de um investimento dependerá dos investimentos anteriormente realizados. Pode, portanto, ser mais rentável investir capital em países que já contam com grande quantidade de capital que num país novo. (LEWIS, 1954:414)

Outro autor que explorou o tema das externalidades foi Rosenstein Rodan, que ficou conhecido por ter apontado para a necessidade de um “grande impulso” (big push): uma série de investimentos coordenados que tirassem a economia da inércia e a pusesse no caminho para a decolagem. Para o autor, haveria três indivisibilidades que justificariam uma série de grandes investimentos simultâneos, aproveitando as externalidades que cada um geraria.

O conceito das externalidade pecuniárias certamente ajuda a pensar uma das grandes dificuldades que um processo de industrialização apresenta para se consolidar nos países subdesenvolvidos. A assimilação ampla e abrupta de um processo produtivo industrial complexo, importado de países que, ao contrário dos países subdesenvolvidos, os desenvolveram de maneira mais gradual e em alguns casos espontaneamente, pode exigir medidas igualmente amplas e coordenadas. O conceito das externalidades pecuniárias, principalmente quando remete ao problema da falta de economias externas em países cuja industrialização ainda está em curso, ajuda a compreender tanto a natureza do problema quanto apontar caminhos para que seja remediado.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A economia do desenvolvimento surgiu como uma necessidade compreender porque o desenvolvimento econômico não era uma realidade em todos os países. Os economistas que entram por esse campo logo se deram conta que não seria possível explicar o fenômeno tendo como pressuposto a teoria neoclássica. Uma retomada da Economia Política Clássica se mostrou necessária.

Ademais, o interesse por esse campo só pode ser explicado à luz da história, levando-se em consideração o contexto geopolítico da época. Levar o desenvolvimento aos países atrasados era um imperativo aos Estados Unidos no contexto da Guerra Fria. O ponto IV do discurso de Truman em 1949, bem quando a guerra se acirrava, é bem ilustrativo dessa necessidade.

Nesta segunda década do século XXI não há mais um conflito geopolítico que bipolariza o mundo, pondo em confronto duas formas de organização da sociedade. Em muito isso explica o porquê o estudo do desenvolvimento econômico ter sido marginalizado, somente sendo feito de maneira séria em alguns poucos centros. Nas últimas décadas a teoria neoclássica conseguiu impor-se ideologicamente; adentrou no campo do desenvolvimento e, ao tratar do tema em seus próprios termos, cada vez mais por meio de modelos matemáticos, deslocou atenção de toda uma complexidade de questões que envolvem tirar um país do atraso e levar o desenvolvimento.

Vive-se hoje uma situação de crise profunda no centro capitalista do mundo, e as respostas que têm sido dadas até agora de nada estão ajudando a remediá-la. Para que a crise seja de fato compreendida, e com isso se tente solucioná-la, é necessário que se compreenda a forma de funcionamento da economia, o seu objeto, a sua dinâmica. Um possível caminho para isso, tal como fizeram os economistas pioneiros do desenvolvimento e Celso Furtado, é voltar à Economia Política clássica, abandonando o debate extremamente ideologizado que se impõe atualmente.

Outro problema que se coloca é que a própria discussão do desenvolvimento foi colocada de lado, deixando de orientar o debate no campo da economia, tal como ocorrera durante o período desenvolvimentista.

No entanto, a realidade hoje é diferente da que inspirou os economistas estudados nesse trabalho, e uma abordagem atual do desenvolvimento econômico tem que buscar nessa nova realidade as categorias necessárias à sua investigação. O subdesenvolvimento ainda é um problema, uma questão não resolvida. Essa já seria uma boa razão para que o tema voltasse a ser estudado de maneira mais ampla. No entanto, para além dessa retomada, deve ser questionada a própria possibilidade do desenvolvimento econômico nos moldes na nossa sociedade, já que, depois de um grande período desenvolvimentista, que conseguiu cumprir o seu objetivo da industrialização e do crescimento acelerado da renda, ainda se vive numa sociedade extremamente desigual, de maneira que o “desenvolvimento” serviu de fato a muito poucos.



## 6. BIBLIOGRAFIA

BASTOS, C. & D'ÁVILA, J. O Debate do Desenvolvimento na Tradição Heterodoxa Brasileira: da Cepal à Escola da Unicamp. VII Congresso Brasileiro de História Econômica. Aracaju, SE, 2007.

BASTOS, C. Guia de Leitura para o debate entre Nurkse e Furtado em 1951. Palestra na Mesa Redonda de Lançamento de Memórias do Desenvolvimento, n. 1, v. 1. 2008.

BORJA, Bruno. Para a Crítica da Economia do Desenvolvimento: a inserção de Celso Furtado na controvérsia internacional. In: Colóquio Nacional Marx e o Marxismo 2011: teoria e prática. Anais do Colóquio Nacional Marx e o Marxismo 2011. Niterói: nov. de 2011.

FIORI, J.L. Formação, Expansão e Limites do Poder Global. In: FIORI, J.L. (Org.) O Poder Americano. Petrópolis: Vozes, 2004, p.11-64.

FURTADO, C. Desenvolvimento e Subdesenvolvimento. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1961.

\_\_\_\_\_. O Mito do Desenvolvimento Econômico. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

\_\_\_\_\_. Formação de capital e desenvolvimento econômico. In: AGARWALA, A. & SINGH, S. (Orgs.). A Economia do Subdesenvolvimento. Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado, 2010, p.329-354.

LEWIS, W.A. O Desenvolvimento Econômico com Oferta Ilimitada de Mão-de-obra. In: AGARWALA, A. & SINGH, S. (Orgs.). A Economia do Subdesenvolvimento. Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado, 2010, p.413-462.

\_\_\_\_\_. The Evolution of the International Economic Order. Princeton: Princeton University Press, 1978.

NURKSE, R. A teoria do comércio internacional e a política de desenvolvimento. In: ELLIS, H. & WALLICH, H. (Orgs.). Desenvolvimento econômico para a América Latina. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1964, p.271-306.

\_\_\_\_\_. Alguns aspectos internacionais do desenvolvimento econômico.

In: AGARWALA, A. & SINGH, S. (Orgs.). A Economia do Subdesenvolvimento. Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado, 2010, p.277-291.

\_\_\_\_\_. Política Comercial e a Formação de Capitais. In: Memórias do

Desenvolvimento. Ano 1, nº 1. Rio de Janeiro: Centro Internacional Celso Furtado

de Políticas para o Desenvolvimento, p.145-167, 2007. Disponível em: [http://](http://www.centrocelsofurtado.org.br/arquivos/image/201109010908350.MD1_0_145.pdf)

[www.centrocelsofurtado.org.br/arquivos/image/201109010908350.MD1\\_0\\_145.pdf](http://www.centrocelsofurtado.org.br/arquivos/image/201109010908350.MD1_0_145.pdf)

Acessado em 02 de março de 2013.

ROSTOW, A decolagem para o desenvolvimento auto-sustentado. In: AGARWALA,

A. & SINGH, S. (Orgs.). A Economia do Subdesenvolvimento. Rio de Janeiro:

Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado, 2010, p.181-211..

SERRANO, F. A acumulação e o gasto improdutivo na economia do desenvolvimento.

In: FIORI, J. & MEDEIROS, C. (Orgs.). Polarização Mundial e Crescimento.

Petrópolis: Vozes, 2001.